

CURRÍCULO SOB A ÓTICA DE UM EXERCÍCIO POLÍTICO EMANCIPATÓRIO

RENATA CARDOSO OLIVEIRA

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

RESUMO: O presente artigo emerge de reflexões à luz das proposições conceituais e políticas da autora Hannah Arendt, e tem por objetivo discutir como o currículo entendido como um texto carregado de intencionalidades pode movimentar e construir ações políticas emancipatórias e de reconhecimento. O currículo aqui, é compreendido por uma ótica em que sua concepção perpassa pelos âmbitos políticos, sociais, formativos, ideológicos conferindo a este um caráter textual que sua tessitura alinhava todas essas esferas de sentidos e significados. Embasamos nossos estudos nas ideias dos pesquisadores Macedo (2007, 2012, 2013, 2016), Arroyo (2011), Candau (2011), Lopes e Macedo (2011) acerca da construção curricular, e nas discussões de Arendt (1956) sobre concepções de política e liberdade. O presente estudo adota como procedimentos técnicos a revisão bibliográfica, e tem como objetivo discutir mecanismos de desconstrução de uma cultura curricular hegemônica em prol da inclusão e reconhecimento dos conhecimentos de grupos sociais que foram historicamente negligenciados e silenciados, por meio de uma educação que vislumbra potentes possibilidades de caminhos para uma educação emancipatória e com justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo. Educação Emancipatória. Luta por reconhecimento

4530

ABSTRACT: This article emerges from reflections in light of the conceptual and political propositions of the author Hannah Arendt, and aims to discuss how the curriculum understood as a text loaded with intentions can move and build emancipatory and recognition political actions. The curriculum here is understood from a perspective in which its conception permeates the political, social, training and ideological spheres, giving it a textual character that its texture aligns all these spheres of meanings and meanings. We base our studies on the ideas of researchers Macedo (2007, 2012, 2013, 2016), Arroyo (2011), Candau (2011), Lopes and Macedo (2011) about curriculum construction, and on Arendt's (1956) discussions about conceptions of politics and freedom. The present study adopts bibliographic review as technical procedures, and aims to discuss mechanisms for deconstructing a hegemonic curricular culture in favor of the inclusion and recognition of the knowledge of social groups that have been historically neglected and silenced, through an education that envisions powerful possibilities of paths towards an emancipatory education with social justice.

KEYWORDS: Curriculum. Emancipatory Education. Struggle for recognition.

Introdução

Iniciaremos a nossa discussão numa proposição provocativa e reflexiva onde o dispositivo currículo é compreendido como um artefato político, que traz na sua natureza formativa, ações educacionais intencionadas, que podem tensionar litígios dos grupos sociais que detêm o poder, e conforme preconiza (Arroyo, 2011) se assentar numa prerrogativa de um “território em disputa”, devido aos interesses políticos que ali se articulam e organizam.

A partir de um estudo bibliográfico, construímos a compreensão de que o currículo, é um artefato de construção social que se movimenta e se transforma incessantemente, envolvendo propósitos que podem implicar nas realidades dos atores que participam desse processo de construção curricular. Desse modo, entendemos que o que é intencionado nessa feitura reflete a realidade educacional e formativa que se objetiva.

De acordo com (Macedo, 2007, p. 46) “o processo de significação que produz a diferença se dá nas relações de poder. São as relações de poder que fazem com que a diferença seja marcada, e que o diferente seja avaliado hierarquicamente.”

Coadunando com (Silva, 1999) conclui que a obtenção de uma igualdade depende da ressignificação curricular onde a diferença não seja produzida por relações sociais de assimetria. Desse modo, é a partir dessa visão, acrescida de uma necessária politização que se reconhecer no dispositivo currículo pode favorecer uma lógica de inclusão dos sujeitos históricos e sociais na construção e produção de conhecimentos, e, portanto, num movimento político de emancipação e reconhecimento.

No dizer de Arroyo (2011), a exclusão dos sujeitos dos currículos são estratégias de dominação ideológica e política, e, portanto o pesquisador anuncia uma necessidade de consciência desses tensionamentos entre conhecimentos e experiências obrigando-nos a repensar quais os conhecimentos que estão movimentado o currículo, e quais tem o real compromisso com a emancipação e transformação social.

De acordo com o autor “os currículos expatriam os sujeitos do conhecimento porque segregam suas experiências sociais” e não assumir essa postura política de reconhecimento das experiências como fontes de pluralidade e riqueza é “desperdiçar conhecimento” (Arroyo, 2011, p. 120).

Concordamos ainda com o pesquisador quando aponta que propositalmente “as autorias são negadas e os sujeitos são ocultados”, colaborando desse modo para que os sujeitos de alguns

grupos sociais não se reconheçam nesses currículos, e, portanto se invalidem das suas relevâncias nas esferas sociais, políticas, científicas e históricas. Para o autor:

As disputas no território dos currículos não são apenas pela entrada e pelo reconhecimento de novos temas, novos conteúdos, mas de novos sujeitos. Há disputas de sujeitos concretos, os trabalhadores pobres, injustiçados, que tardiamente vão chegando. Os coletivos populares que nunca antes nem entravam nas escolas e menos nos conhecimentos nobres dos currículos (Arroyo, 2011, p.156).

O autor enfatiza que a lógica que estrutura essas ações tem por base ideológica a opacização e emudecimento desses coletivos de sujeitos numa pretensão clara de subjugação e hierarquização, onde se autorreconheçam inferiores e indignos de verem suas histórias, lutas e movimentos representados nos documentos oficiais.

Em diálogo com os pesquisadores do currículo Macedo (2004, 2007, 2012, 2013, 2016), Arroyo (2011), Candau (2011), Lopes e Macedo (2011) acerca da construção curricular, percebemos que apesar de partirem de bases epistemológicas diferentes, concordam, no entanto, com o pensamento de que o currículo é tecido numa conjuntura histórica-social, e com pretensões político-ideológicas.

Desse modo, além das perspectivas já discutidas sobre o currículo enquanto um “território em disputa” Arroyo (2011), identificamos que as ponderações de Macedo (2013, p. 19) vislumbram apontamentos em que o currículo seja pensado “como um dispositivo educacional poderoso, como resultante da multicriação implicada de atores sociais, via seus pertencimentos e suas afirmações socialmente referendadas”. A pesquisadora Candau (2011 e 2014), reflete sobre os alicerces tradicionais que desprivilegiam o movimento de experiências e saberes nas construções curriculares como estratégias políticas. E finalmente, as pesquisadoras Lopes e Macedo (2011) que discutem o currículo enquanto um texto discursivo que pode intencionar o estabelecimento e manutenção do *Status Quo*.

Nesse sentido, o currículo é entendido nessa pesquisa sob uma ótica dinâmica e contextualizada, a partir de perspectivas “socioconstrucionistas” Macedo (2013, p. 33), marcado por ações que criam e recriam possibilidades de construção de realidades emancipatórias, reflexivas e críticas.

Além disso, perceber nesses espaços formativos os sujeitos como mobilizadores nas ações de aprendizagem, e, portanto, atores curriculantes auxilia-nos no processo de perceber as pertinências dessa fazedura na elaboração de conhecimentos.

Desse modo, importa salientar que buscar significado nos processos formativos, considerando os saberes e as experiências dos sujeitos/atores/curriculantes, pode favorecer a

desconstrução de visões unilaterais, conferindo as práticas a superação de condutas pedagógicas que desvinculam os conteúdos escolares dos saberes de vida, alicerçando nos espaços formativos posturas democráticas que oportunizam a dialogicidade e emancipação num exercício de reconhecimento epistemológico de que toda experiência traz uma bagagem de conhecimentos, além de inspirar movimentos que ressignificam as lutas por reconhecimento nas arenas sociais e espaços políticos.

Desafios e perspectivas na construção de um currículo emancipatório

As conquistas dos movimentos sociais especialmente de caráter identitário, segundo Candau (2014, p. 08) vem adquirindo visibilidade, com maior ênfase a partir dos anos 1990, provocando intensos debates e discussões. De acordo com a autora esses movimentos “ se apresentam com força no cenário público, denunciam discriminações e exigem reconhecimento e valorização nas suas especificidades”.

Nesse viés, as conquistas para implementações efetivas de políticas públicas sociais são elaboradas e processos orientados para que esses grupos negligenciados e silenciados em outrora, avancem no que tange o reconhecimento de suas lutas nas legislações, documentos oficiais e diretrizes curriculares, numa tentativa de construir políticas que emancipem esses atores sociais na busca de um currículo com justiça social.

Ainda partindo das considerações de Arroyo (2011) sobre a reconfiguração das dinâmicas sociais nas lutas por igualdade e direitos dos movimentos feministas, negro, LGBT dentre outros, o pesquisador pontua que

Movimentos que pressionam por currículos de formação e de educação básica mais afirmativos dessas identidades coletivas. Que pressionam, ainda, para que entrem no território do conhecimento legítimo as experiências e os saberes dessas ações coletivas, para que sejam reconhecidos sujeitos coletivos de memórias, história e cultura. Os movimentos sociais trazem indagações e disputas no campo dos currículos e da docência (Arroyo, 2011, p. 11).

Nesse sentido, a elaboração de propostas e projetos que legitimem a validação das histórias desses coletivos, iniciam um movimento que traz inerente à sua fundamentação, concepções que tiram do centro, políticas educacionais que se organizam evidenciando óticas unilaterais, reducionistas e privilegiadoras dos grupos sociais dominantes. Essa visão se apresenta como um potente caminho para a descolonização curricular, pois colabora desse modo para as construções identitárias dos sujeitos quando a cultura é vista como um bem social.

Partir da premissa em que os agentes culturais se veem representados no currículo por meio da sua história, cultura e vivências significa romper com estruturas dominantes que são incapazes de responder às necessidades e demandas sociais insurgentes, especialmente referentes às questões dos coletivos sociais que por tanto se viram amordaçados e ocultados nos seus direitos sociais.

Em diálogo com Arendt (1956), percebemos que o entendimento da autora no que tange a ação política, vai de encontro com as premissas abordadas nesse estudo, pois para a pesquisadora a convivência entre os diferentes que em consenso se organizam politicamente acerca de questões em comum, define a política na sua essência.

Esse debate propõe perspectivas em que as múltiplas referências e anseios dos coletivos sociais sejam elucidados, e que essa organização consensual e política vislumbre a construção da igualdade essencial entre os sujeitos, objetivando a justiça curricular, social, histórica e, principalmente democrática. Ainda de acordo com a pensadora o sentido da política estaria entrelaçado a liberdade, e aqui nos propomos a refletir como o currículo pode constitui-se como um direito onde os coletivos sociais se vejam representados, e tenham liberdade de em consenso reivindicar nesse texto suas histórias, lutas, conquistas e potências.

No texto em que a autora aborda os desafios da educação em crise, ela realça inclusive a importância da crise como

uma oportunidade, fornecida pela própria crise – a qual tem sempre o efeito fazer cair máscaras e destruir pressupostos – de explorar e investigar aquilo que ficou descoberto na essência do problema, essência que na educação é a natalidade, o facto de os seres humanos nascerem no mundo (Arendt, 1957, p.02).

Partindo dessa ideia que problematiza a crise enquanto uma experiência que agudiza a oportunidade de reflexão, empreendemos esforços para avançar em debates que intentam legitimar o currículo como um artefato potente de construção histórico-social, e, que pode na sua dinâmica constitutiva alinhar nos mais diferentes contextos os direitos de pertença, reconhecimento e legitimação que intencionem o cultivo de formas significativas na construção social em todos os âmbitos, não somente na questão curricular.

Retomando o conceito de política proposto por Arendt, e movimentando um exercício que exemplifica essa conceituação que traz na sua natureza a lógica da construção plural, consensual, dialogicizada com o objetivo da emancipação e participação do sujeito nos espaços políticos, podemos nos aventurar a eleger como exemplo de efetivação de ação política na concepção arendtiana, a legitimação de avanços de pautas sociais quando alguns grupos reivindicam reconhecimento.

Podemos citar a alteração da LDB 9394/96 pela lei 10.639/03, uma conquista dos movimentos sociais que reverberou nas diretrizes curriculares oficiais o direito de ser reconhecido étnica e socialmente. Ainda, nessa perspectiva onde ações sociais se materializam em direitos, a Lei 11.645/08 que aborda a obrigatoriedade em trabalhar as temáticas afro-brasileiras e indígenas nos currículos do ensino fundamental e médio.

Nesses termos, concordamos com Arendt quando a autora enfatiza a premissa da ação política como uma práxis de sujeitos plurais que se articulam para movimentar posturas democráticas que edifiquem alicerces favoráveis para ressignificar o bem comum, onde as relações não se marquem pelas diferenças traduzidas em desigualdades, mas pela complementariedade.

Ademais, a ação política na perspectiva arendtiana é sinônimo de liberdade pensada como interioridade, sendo este um lugar daqueles que não sentiam lugar no mundo sentirem-se livres, e ser livre é poder construir um mundo comum por meio de atos e palavras.

Nesse sentido, conforme preconizamos o currículo pode construir nos processos de formação, conceito de formação aqui entendido como algo inacabado e em constante construção, “cenários intercíticos onde os sujeitos curriculantes” (Macedo, 2007), possam criar mutuamente visões multidimensionais renunciando por meio da crítica configurações de currículo que reduza e simplifique os conhecimentos.

Ainda, coadunando com as ideias discutidas, Macedo (2007) propõe que

Nestas bases o projeto de um currículo intercultural em atos intercíticos quer configurar-se por uma construção coletiva via a formação de uma confederação de ideias e realizações de seres humanos que se querem prenes de possibilidades críticas enquanto virtuosidades nascentes e compromisso ético, para nós, funções fundamentais de uma etnoeducação intercítica (Macedo, 2007, p.50).

Desse modo, as discussões apontam caminhos que nos mostram ser possível conceber sistemas de significação e representação cultural nas diretrizes curriculares por meio de referências que são constituídas interativamente, relacionalmente, sem, contudo, obscurecer a singularidades dos sujeitos e suas existências. Esse espaço de encontro dialógico e constitutivo de reinvenção criativa, plural, política e democrática se assenta no desejo de justiça curricular e, portanto, justiça social.

A visão a princípio pode demonstrar ingenuidade, ainda há muita luta para que não existam mais espaços de privilégios, sejam nos currículos, nas instituições, no público e privado, mas o primeiro passo que é a politização e conscientização para romper com estruturas hegemônicas que sacralizavam os conhecimentos curriculares, e os colocavam em grades,

nomenclatura que por muito tempo foi utilizada, já foi dado e iniciou um processo de deslocamento e desconstrução de visões colonizadoras, segregadoras e polarizadas.

Assim sendo, as perspectivas indicam desafios e possibilidades fecundos na construção de pressupostos que evidenciem o currículo como potente alicerce na construção de posturas contra-hegemônicas que resgatem a história, reconheçam os percursos formativos e sociais dos sujeitos descolonizando os pensamentos, as ideias e a própria educação.

Cotidiano escolar e práticas curriculares em movimento

Conforme discutimos anteriormente as políticas afirmativas orientadas à educação enfatizam em sua maioria o trato a diversidade. Segundo Candau (2016) as relações étnico-raciais, questões de gênero, pluralismo religioso, povos tradicionais, são temas atuais e presentes na nossa sociedade.

Ainda de acordo com a pesquisadora “tais assuntos provocam debates, controvérsias e reações de intolerância e discriminação” (Candau 2016), desse modo as iniciativas e políticas na perspectiva de direcionar afirmações democráticas no sentido de orientar a construção de diálogos que objetivem a promoção do direito dos diversos, se efetivaram na tentativa de articularem políticas de igualdade e equidade nos diversos espaços formativos.

4536

Com a avalanche e multiplicidade dessas questões nas escolas, o cotidiano e o currículo escolar de outrora, gélido e pausterizado, se viram em desconstrução e movimento.

As diretrizes pedagógicas que orientam os currículos onde predomina o cientificismo progressista se (re)constroem buscando significância e articulação na pluralidade de textos e contextos de vida numa tentativa de acudir indagações e questionamentos que estão para além dos conteúdos e componentes disciplinares.

Os saberes outros dos coletivos de sujeitos subalternizados e marginalizados por uma hierarquização curricular, dinamizam o cotidiano escolar com suas demandas insurgentes e, em conflito com os conhecimentos curriculares eurocêntricos reivindicam reconhecimento e legitimação.

É portanto, nesse universo muitas vezes discrepante, desafiador e conflituoso que as relações e práticas interculturais inauguram os incentivos para a mudança e transformação das práticas educativas com o intuito de encontrar possibilidades para a construção de um currículo onde os diversos se vejam nele. Nesse contexto, o pouco debate com os atores sociais implicados no processo educativo, as questões instrumentais das práticas educativas, além do formato escolar historicamente construído, amplificaram as problemáticas nos espaços

formativos, exigindo dos professores, gestores e diretrizes curriculares novas performances, novos olhares e, principalmente novas políticas.

De acordo com o sociólogo François Dubet (2011, p,299):

Em todos os lugares e não somente na escola, o programa institucional republicano declina. E essa mutação é muito mais ampla que a simples confrontação da escola com novos alunos e com os problemas engendrados por novas demandas. É porque também se trata de uma mutação radical que a identidade dos atores da escola fica fortemente perturbada, para além dos problemas específicos com os quais eles se deparam. A escola foi um programa institucional moderno, mas um programa institucional apesar de tudo. Hoje somos “ainda mais modernos”, as contradições desse programa explodem, não apenas sob o efeito de uma ameaça externa, mas de causas endógenas, inscritas no germe da própria humanidade.

Para assim, o retrato estrutural da escola ainda está assente nas concepções do grupo social que a idealizou como uma instituição que “formaria” sujeitos para atender a demanda da sociedade burguesa vigente. A naturalização da organização da lógica curricular, dos conteúdos, tempos e dinâmicas não dá mais conta de concorrer com um cotidiano de sujeitos diversos com saberes, pensares e vozes que proclamam por práticas e posturas curriculares que enfatizem o coletivo, o plural e o múltiplo.

Nesse contexto, articular possibilidades interpretativas em que o currículo seja visto também como um caminho das itinerâncias, trajetórias educativas e relações do sujeito com as suas identidades, reconhecendo as potências das narrativas dos coletivos populares e seus saberes, e ao mesmo tempo propor-se a pensamentos desconstrutores de concepções e paradigmas de narrativas dominantes e superiores, é uma possibilidade infinita de alargamento de perspectivas antes vistas como únicas e absolutas.

No exercício de apontar caminhos e alternativas podemos pensar em proposições pedagógicas que oportunizem a intensificação de diálogos experimentativos, fomentando desse modo, o autorreconhecimento dos atores escolares enquanto sujeitos de ação e pensamento, bem como a potencialização desses saberes nas recriações curriculares. Além disso, uma alternativa fecunda também seria a de propiciar nos espaços formativos o debate, a construção e reflexão de discussões de temáticas sensíveis aos contextos e realidades ampliando assim, os espaços de fala e escuta, objetivando a validação de saberes, do pensamento e de ideias. No que concerne a políticas de currículo, uma consideração pertinente seria reivindicar das instituições que organizam as diretrizes educacionais, a mobilização que considerem na elaboração das propostas o sujeito, seus contextos, saberes e itinerâncias, sendo que ensino se articule com temáticas que tenham como pano de fundo as demandas dos coletivos de sujeitos e suas especificidades.

Muitas são as tentativas para buscar alternativas na (re) criação da escola, como intuito de responder aos desafios cotidianos. Atrever-se na realização de práticas pedagógicas plurais e coletivas que mobilizem currículos onde os contextos e comunidades escolares estejam no cerne, onde a perspectiva intercultural atravessa as grades curriculares são potentes caminhos para a construção de espaços formativos e políticos com mais justiça, democracia e equidade.

Portanto, pensar numa lógica de currículo inclusivo para além das diretrizes vigentes, implica em ações e práticas que incentivem a abertura efetiva de espaços críticos de debates que oportunizem reflexões sobre o cotidiano dos sujeitos, suas conquistas, pertinências e lutas, além do fomento de atitudes de reconhecimento e legitimação desses coletivos e ambiente como espaços de reciprocidade, relacionalidade e solidariedade entre indivíduos e comunidade.

Reflexões finais

Mais do que conclusões, gostaríamos de apontar problematizações atuais e futuras, dentro da perspectiva do currículo como um artefato de construção social potente e como uma ferramenta que pode democratizar os processos políticos nos espaços formativos.

A proposta discutida se alicerça principalmente em evidenciar as vozes subalternizadas pela lógica colonizadora, conforme nos mostra (Spivak, 1994), que em sua discussão refere-se a violência epistêmica, cuja estratégia é de inviabilização do outro, apatriando-o de qualquer possibilidade de representação, e apostar na ação política e de liberdade sob a ótica arendtiana como uma possibilidade de construção de um currículo reflexivo, aberto e que considere os conhecimentos, experiências, cultura e vivências dos coletivos sociais.

A dinâmica colonizadora que construiu as relações de subjugamento e inferiorização de pensamentos e da capacidade de produzir conhecimento dos sujeitos dos coletivos sociais, com seus tentáculos perversos acabou por ocupando as instâncias que deveriam ressaltar o compromisso com a emancipação e transformação social.

Nesse sentido dentre os principais elementos favorecedores de um currículo emancipatório, elegemos os que promovem conforme Kilomba, (2019, p. 15) a “descolonização do eu”, e em consequente, a descolonização dos currículos, perspectivas e ideias eurocêntricas.

Além disso, evidenciar nos espaços formativos os espaços de fala e escuta, pois os silenciamentos históricos configuraram uma das mais potentes armas da dinâmica colonial, é oportunizar e reconhecer as narrativas dos sujeitos como singulares e, subjetivamente plurais. Nesse sentido, práticas que configuram alternativas em que os conhecimentos intencionados

nos currículos dialoguem com os sujeitos, suas expectativas, desejos, experiências, oportuniza tessituras de saberes e construção de novas dinâmicas e novos aprendizados.

Para tanto, considerar a práxis de um currículo em movimento que conceba a construção de saberes e experiências, privilegiando metodologias investigativas, reflexivas, e de narrativas autobiográficas como reconhecimento e ressignificação dos sujeitos, parece-nos ser fundamental para fomentar um debate acerca de políticas curriculares que permitam a valorização dessas subjetividades *Sine Qua Non* nesse processo de feitura e construção de práticas e natureza curricular propositivas e mobilizadoras.

Desse modo, perspectivamos com essa reflexão possibilitar discussões em que a construção dialógica e reflexiva, o alargamento de olhares e fazeres, onde a experimentação desses coletivos de sujeitos que se identificam com esse currículo de mote democrático e emancipatório, e se veem representados, pode favorecer o fortalecimento das identidades, os laços de pertencimento com os espaços formativos, além da desconstrução de currículos em que os sujeitos são meros mantenedores dos pensamentos coloniais e do *Status Quo* da sociedade.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. **Liberdade para ser livre**. Tradução e apresentação Pedro Duarte. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.
- ARENDDT, Hannah. **Ação e busca da liberdade**. Org Heloisa Starling. Bazar do tempo, 2018.
- ARENDDT, Hannah. **A crise na educação. Entre o passado e o futuro**. São. Paulo: Perspectiva, 1972, p. 221-247.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- BRASIL. **Lei 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Currículo sem fronteiras**. v. 11, n.º 2, pp. 240-255, jul./dez2011.
- DUBET, François. **Mutações cruzadas: a cidadania e a escola**. Revista brasileira de educação.v.16, n.47. maio-agost. 2011.
- FREIRE, M. S. de L. KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Cadernos de Campo (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 29, n. 1, p. 268-277, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v29i1p268-277. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/170783>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Quotidiano**. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

LOPES, Alice Casimiro. MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A Teoria Etnoconstitutiva de Currículo**. Curitiba: CRV, 2016.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Atos de currículo e autonomia pedagógica**. Petrópolis: vozes, 2013.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Atos de currículo e formação: o príncipe provocado**. Rev. Teias, v. 13, n.27, p. 67-74, Jan/Abr. 2012.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo, Diversidade e Equidade: Luzes para uma educação intercristica**. Salvador, BA: EDUFBA, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG.